

## Câmara da Guarda cria empresa municipal para gerir património habitacional e recuperar centro histórico

Opção foi justificada com a construção de 325 fogos a custos controlados, numa candidatura de 40 milhões de euros no âmbito do protocolo CIMBSE/IHRU, mas oposição espera que não sirva para «dar emprego» a apoiantes de Sérgio Costa

Luís Martins

A Câmara da Guarda vai criar uma empresa municipal para gerir o património habitacional da autarquia e a recuperação do centro histórico. A decisão foi aprovada por maioria, com os votos contra do PSD e a abstenção do PS, na reunião quinzenal do executivo realizada na segunda-feira.

«A Câmara não tem condições ao nível de recursos humanos para fazer face a esta necessidade e, por isso, queremos mudar o paradigma», justificou Sérgio Costa, referindo que noutros concelhos «já existem empresas municipais dedicadas a esta área específica». Segundo o autarca, a futura empresa municipal vai gerir «todo o parque habitacional existente no município e também a elaboração dos projetos, as candidaturas a fundos comunitários e outros apoios, caso do PRR, as obras e a gestão das futuras habitações». Poderá servir também para fazer a gestão dos parques empresariais do concelho e da comunidade de energia renovável anunciada para o parque industrial da cidade. O assunto vai ser remetido à próxima Assembleia Municipal, que terá lugar na última semana deste mês.

Sobre esta matéria a oposição dividiu-se. Luís Couto (PS) absteve-se considerando que pode ser «uma boa solução» se não for aproveitada para «dar emprego». O vereador socialista espera que a futura empresa municipal tenha uma «administração profissional e funcionários escolhidos pela sua capacidade profissional», avisando que vai «fiscalizar» a sua implementação. Já o PSD votou contra, com Carlos Chaves Monteiro a denunciar que «a estratégia» do presidente da Câmara «não pode ser outra que a de criar empregos para apoiantes», no mínimo, mais 16 lugares, mas vão ser mais. O social-democrata lamentou ainda que Sérgio Costa não tenha justificado que «esta é a melhor solução» para gerir o património municipal: «Vai servir muitos dos interesses do presidente da Câmara porque fez muitas promessas de emprego. Ora a Câmara da Guarda não é um centro de emprego, deve recrutar os recursos humanos necessários para dar resposta as suas necessidades, designadamente estas, que não devia fazer através de uma entidade externa», defendeu, dizendo duvidar da «eficácia e eficiência» desta solução.

«Porque é que não se reforçaram os quadros da Câmara e agora vai criar uma entidade autónoma que visa o clientelismo, o despesismo sem controlo e é



«Investimento só é comparável ao programa Polis em termos de recursos financeiros e humanos. Por isso, temos de estar preparados, daí a criação de uma empresa municipal», disse Sérgio Costa

objetivamente uma forma de atribuir lugares a quem o presidente deseja», acusou Chaves Monteiro, que lembrou que as empresas municipais funcionam «sem um controlo efetivo dos órgãos municipais e fogem ao visto do Tribunal de Contas». Confrontado com estas

críticas, Sérgio Costa respondeu com ameaças: «Estas palavras pode ter que vir a prová-las em algum fórum. Desafio esse senhor a fazer prova do que disse, sob pena de, a partir de agora, nas reuniões de Câmara, passar a falar sozinho. É assim que nós temos de fazer.

Quando éramos garotos, era assim que, às vezes, alguma educação se fazia quando se portavam mal e ninguém lhes puxava as orelhas», afirmou. O presidente acrescentou um pedido ao PSD, para que «nos deixem trabalhar e deixem de ser uma voz crítica para tudo aquilo

que se faz de bem nesta cidade». «É vergonhoso aquilo que está a acontecer. Os ataques pessoais que estão a ser feitos ao presidente da Câmara por parte dos representantes do PSD, são eles que estão a encabeçar estes ataques políticos de baixa qualidade».

### Câmara candidata investimento de 40 milhões ao IHRU

Na segunda-feira, soube-se que a Câmara vai apresentar uma candidatura para construção de 325 fogos a custos controlados no âmbito do protocolo entre a CIMBSE e o IHRU, com um financiamento da ordem dos 40 milhões de euros.

A reviravolta – inicialmente, a Câmara tinha apresentado uma candidatura de apenas 400 mil euros – deve-se a alterações das condições contratuais. «No início do processo o que estava em cima da mesa era que os municípios teriam de pagar os projetos das habitações, a fiscalização, a manutenção depois do período da garantia, e ainda, assegurar o pagamento das rendas ao IHRU, quer tivessem ou não inquilinos. Neste momento, os custos dos projetos e fiscalização já são comparticipados, assim como a manutenção que será sempre da responsabilidade do IHRU porque será o dono das habitações a edificar. Também as rendas serão da responsabilidade desse Instituto na sua plenitude», explicou Sérgio Costa. Segundo o edil guardense, os municípios ficarão apenas com a gestão do processo. Nestas condições, a Guarda «poderá ter uma construção de 325 fogos nos próximos três a

quatro anos», naquilo que o autarca apelida de «Plano Marshall» da habitação acessível e habitação social.

O investimento estimado «nunca será inferior a 40 milhões de euros», o que «só é comparável ao programa Polis em termos de recursos financeiros e humanos. Por isso, temos de estar preparados, daí a criação de uma empresa municipal», acrescentou Sérgio Costa. Chaves Monteiro estranhou a «reviravolta» neste dossier e chamou a atenção para o facto da proposta ser «contraditória» com os documentos remetidos aos vereadores, nomeadamente a minuta do contrato. «Foram alteradas as responsabilidades do IHRU relativamente a rendas, fiscalização, projetos e manutenção. Mas no contrato, cláusula 4ª, alínea B, nº1, lê-se que os procedimentos das empreitadas serão lançados pela Câmara, tal como os projetos, a fiscalização e segurança em obra. Mas há outras obrigações, como assegurar as obras de execução ou reabilitação e também os meios técnicos físicos e financeiros para projetos. Há uma divergência completa entre o discurso do presidente e os documentos que apresenta, além de não sabermos quais as

despesas que o município tem de suportar», elencou o social-democrata.

Se o PSD votou contra, o PS votou a favor. «A Câmara da Guarda acaba de reconhecer que o acordo entre o IHRU e a CIMBSE seria bom e tem agora a perspetiva de se candidatar para 358 fogos, solicitando um apoio de 40 milhões de euros, que só poderão ser executados se os outros municípios disponibilizarem parte das verbas a que se candidatarão. O que significa que podemos não ter nenhum milhão», considerou Luís Couto.

O executivo aprovou também a aquisição de mais dez imóveis no centro histórico, por um total de 475 mil euros nas ruas de São Vicente, Sacadura Cabral, Miguel Bombarda, das Oliveiras, do Torreão e Francisco de Passos. Luís Couto absteve-se por considerar que a Câmara se está a transformar «numa agência imobiliária para especulação». Uma opinião partilhada por Chaves Monteiro, que acusou Sérgio Costa de fazer «especulação com a compra de imóveis tão inusitada e rápida», situação que tem contribuído para «aumentar os preços naquela zona para valores que não têm a ver com os verdadeiros que o mercado hoje oferece na Guarda».



**opinião**  
Francisco Manso\*

# A polícia na Guarda

## A Feira de S. João

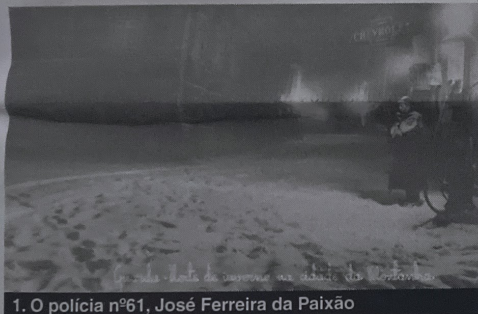
A Feira de São João, na Guarda, foi criada no dia 25 de março de 1255, por D. Afonso III. É uma das mais antigas no país e foi sempre um marco no desenvolvimento comercial, cultural e social da região. Grande espaço de convívios e trocas comerciais, era um dos momentos mais aguardados pelas gentes da Guarda. Mas era também dos mais perigosos. Os roubos, desordens e até homicídios eram quase obrigatórios, e levavam a um reforço policial de grande envergadura. Uma das maiores desordens de que ficou registo ocorreu em 1925. Tudo começou com um ajuste de contas, há muito prometido, entre ciganos vindos do Alentejo e ciganos da Beira. Eram mais de cem ciganos, a que se juntaram outros feirantes, tomando as gentes da Guarda e os próprios militares partido pelos "seus" ciganos. Foi envolvida toda a polícia, a GNR e uma companhia do Regimento de Infantaria 12. Em pleno Jardim José de Lemos, um polícia ficou com «as tripas de fora», um sargento foi gravemente ferido com um tiro na cabeça, um cigano morreu no hospital civil desta cidade e outro morreu já na cadeia de Viseu.

## A polícia e os quadrilheiros

Para proteção das populações, D. Fernando I criou uma força denominada Quadrilheiros. Não era uma polícia, nem era eficaz, mas perdurou até ao terramoto de 1755.

Os assassinios, os roubos e as desordens que se lhe seguiram levaram o Marquês de Pombal a criar a Intendência Geral da Polícia, que em nada veio resolver os problemas dos cidadãos.

Outras alterações se foram seguindo, mas sempre sem eficácia, até que, em 1867, D. Luís, cria o Corpo de Polícia Cívica em Portugal, que está na base de uma verdadeira "polícia".



1. O polícia nº61, José Ferreira da Paixão

## «Com tanto bandido na Guarda, ainda é preciso polícia?»

A Guarda daqueles tempos estava infestada de bandoleiros, desertores, vagabundos e valdevinos de toda a espécie. O crime era frequente, por vezes, por razões fúteis. Mas também acontecia serem aldeias inteiras que se envolviam em confronto, e com data previamente marcada, uma feira ou uma romaria qualquer.

Foi neste contexto que, em 1876, foi criado o Corpo de Polícia Civil do Distrito da Guarda, e que por isso se julgava ser bem-vinda. No entanto, assim que chegou a notícia da vinda de uma polícia para a Guarda a indignação foi quase geral, liderada pelo dr. José de Castro, um homem ilustre,

várias vezes ministro e até primeiro-ministro. Republicano e maçom convicto, dizia e interrogava, se na Guarda não havia já bandidos e pelintras que chegassem, se ainda era preciso vir a polícia.

Para que era necessário na Guarda em elemento de desordem? Porque, dizia ele, «era preciso que se soubesse que era sempre a polícia que provocava os tumultos e que até causaria riso se não fossem os contribuintes a ter que pagar tal disparate e que representavam um futuro desgraçado para os habitantes desta cidade!»

## A polícia na Guarda

Com o aplauso e a vontade de todos não foi, já o vimos, mas a polícia sempre veio para a Guarda. Mas não foi fácil. É que os primeiros alistamentos começaram em 1884, mas ainda antes da nomeação do seu primeiro Comissário, Leite Pignately, pertencente a uma família muito considerada na região.

Depois, foi o ridículo das fardas. Não chegavam para todo, eram tão grandes e estavam tão mal confeccionadas que



2. No edifício mais alto a Polícia, ao lado a casa de Gerardo Batoréu e a Madrilena. Col. Ana Manso.

foram motivo de chacota geral, e pretexto para a primeira atuação da polícia. Teriam sido rachadas muitas cabeças!

## A esquadra de São Vicente

A primeira esquadra foi instalada numa casa da Rua D. Luís I. Em 1886 foi arrendada outra, já com mais cómodos, a Teles de Vasconcelos, ministro e Par do Reino, na Rua de S. Vicente. Em 1897, terminado o contrato de arrendamento, nova mudança, para instalações mais condignas, nos baixos do edifício mais disputado por todas as repartições: a antiga Fábrica da Seda da Guarda. Já lá se encontrava o Governo Civil, e ainda hoje se lá encontra a Polícia de Segurança Pública, com esta designação desde 1927.

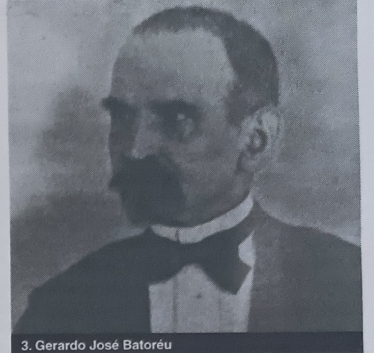
## «Eram valentes porque trabalhavam a álcool»

O espírito e qualidade dos polícias ia mudando, ia evoluindo progressivamente. Mas o álcool continuava omnipresente entre o povo, delinquentes e polícia, e por isso, e porque os agentes costumavam resolver os casos à pancada, dizia-se que «eram valentes porque trabalhavam a álcool». No entanto, só a ignorância, talvez a estupidez, pode justificar o polícia que, para curar uma doença de que era portador, deflorou uma virgem. A rapariga, acabou por morrer, quanto ao polícia, não sei se o remédio teria sido eficaz...

## Gerardo José Batoréu

O segundo Comissário foi Manuel Carvalho, nomeado em 1886. Seguiu-se, em 1890, Gerardo Batoréu. Figura carismática da cidade,

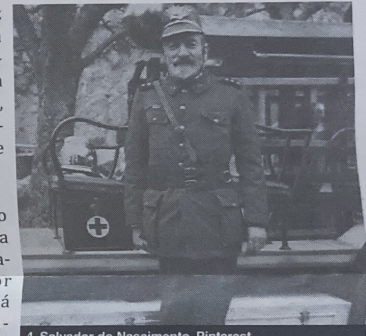
dignificou e prestigiou a instituição que, aos poucos e poucos, se foi impondo junto dos egitanenses. Era um investigador de raras aptidões, tendo sido condecorado pelo sucesso de várias diligências que



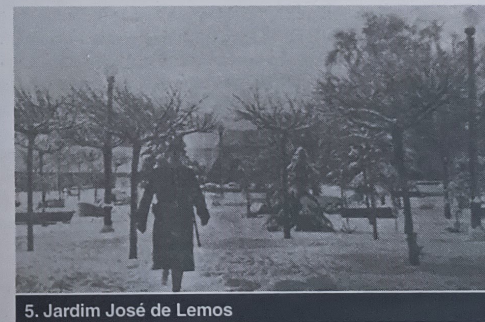
3. Gerardo José Batoréu

levaram à descoberta de crimes complexos. Foi fundador e comandante dos Bombeiros e grande amigo dos pobres. Sucederam-lhe António Pimentel; Salvador do Nascimento, em 1922, uma das maiores referências dos Bombeiros Voluntários e da vida da Guarda; em 1928, Pereira da Fonseca, tenente do RI 12; em 1934, o tenente Duarte Areia; em 1935, o tenente Luz Pernes; em 1936, o capitão Costa Andrade e, em 1938, o tenente Brito e Abreu.

Registo deixado numa parede do calabouço por um preso, "já cum quartilho no buxo" e "Depois de bem entornado", como ele próprio afirmava. "Se um dia fosse Governo Acabava este mal Pois havia de votar A carraspana geral"



4. Salvador do Nascimento. Pinterest



5. Jardim José de Lemos